

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PORTARIA Nº 240, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, considerando o disposto na Resolução n. 01, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a criação do 3º Juizado Especial da Fazenda Pública da Justiça do Distrito Federal e tendo em vista o contido no PA n. 3.136/2014, resolve:

Art. 1º Destinar o Cargo em Comissão e as Funções Comissionadas abaixo relacionados, criados de acordo com o anexo II (Varas Comuns e Juizados Especiais) da Lei n. 11.697, de 13 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 16 de junho de 2008, conforme quadro a seguir:

CJ/FC	Destinação
01 (um) CJ-03, de Diretor de Secretaria.	3º Juizado Especial da Fazenda Pública do Distrito Federal
01 (uma) FC-05, de Oficial de Gabinete, destinada ao Substituto do Diretor de Secretaria.	
01 (uma) FC-05, de Oficial de Gabinete, destinada ao Secretário do Juiz.	
01 (uma) FC-03, de Assistente.	
01 (uma) FC-01, de Executante.	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DÁCIO VIEIRA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
PORTARIA Nº 28, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Devidamente retificado, tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 3º quadrimestre de 2013, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Desa. MARIA LAURA FRANCO LIMA DE FARIA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2013
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.175.611	48.103	1.223.714
Pessoal Ativo	828.069	28.333	856.402
Pessoal Inativo e Pensionistas	347.542	19.770	367.312
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
D ESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	351.540	36.965	388.505
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	80	0	80
Despesas de Exercícios Anteriores	64.659	36.959	101.618
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	286.801	6	286.807
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III=(I-II)	824.071	11.138	835.209
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			656.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V)= (III c/ IV) x 100	0,125603%	0,001698%	0,127300%
LIMITE MÁXIMO (art. 20 da LRF, incisos I, II e III.) - 0,334056 %			2.191.722
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 da LRF, parágrafo único.) - 0,317353 %			2.082.136
LIMITE DE ALERTA (art. 59 da LRF, § 1º, inciso II) - 0,300650%			1.972.550

FONTE: SIAFI GERENCIAL - 22/01/14 - 16h

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.

A despesa liquidada com Precatórios da Administração Direta e Indireta é de R\$6.992.169,80, e foram inscritos em Restos a Pagar R\$5.146.483,24.

A despesa liquidada com Requisições de Pequeno Valor (RPV/SPV) é de R\$ 4.282.335,41 e foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 5.370,18.

Os limites de gastos com pessoal de que tratam o artigo 20, I, "b", §1º, e 22 parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, foram redefinidos conforme a Resolução CNJ n.177, de 7 de agosto de 2013, e Ato Conjunto TST/CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
FONTE 0156 Contribuição ao Plano da Seguridade Social do Servidor	6	-	6
FONTE 0169 Contribuição ao Plano da Seguridade Social do Servidor	216	216	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	222	216	6
FONTE 0100 Recursos Ordinários	87.886	14.805	73.081
FONTE 0127 Custas e Emolumentos do Poder Judiciário	1.120	516	604
FONTE 0150 Recursos não Financeiros diretamente arrecadados	1.204	8	1.196
FONTE 0181 Recursos de Convênios	5.235	130	5.105

FONTE 0190 Recursos Diversos	32		32
Disponível em moeda nacional	15		15
Depósitos de diversas origens		47	(47)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	95.492	15.506	79.986
TOTAL (III) = (I + II)	95.714	15.722	79.992

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	222	216	6
---	-----	-----	---

FONTE: SIAFI GERENCIAL - 22/01/14 - 16h

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: A conta 112162500 (Recursos a Receber para Pagamentos de Restos a Pagar - Inscrição) recebeu da Setorial Financeira, em janeiro de 2014, um acréscimo de R\$847.723,23, sendo R\$776.761,38 na fonte 0100, vinculação 310, e R\$70.961,85, também na fonte 100, vinculação 141, com a finalidade de complementar as fontes/vinculações que se apresentaram deficitárias em relação à inscrição em Restos a Pagar não Processados.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
FONTE 0156 Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor				6	6	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)				6	6	-
FONTE 0100 Recursos Ordinários	44	192	14.570	73.849	73.081	
FONTE 0127 Custas e Emolumentos - PJ	-	34	236	772	604	
FONTE 0150 Recursos não Financeiros diretamente arrecadados	-	8	-	920	1.196	
FONTE 0181 Recursos de Convênios	-	130	-	4.537	5.105	
FONTE 0190 Recursos Diversos	-	-	-	-	32	
Disponível em moeda nacional					15	
Depósitos de diversas origens					(47)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	44	364	14.806	80.078	79.986	-
TOTAL (III) = (I + II)	44	364	14.806	80.084	79.992	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹				6	6	-
---	--	--	--	---	---	---

FONTE: SIAFI GERENCIAL - 22/01/2014 - 16h

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: A conta 112162500 (Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar - Inscrição) recebeu da Setorial Financeira, em janeiro de 2014, um acréscimo de R\$ 847.723,23, sendo R\$ 776.761,38 na fonte 0100, vinculação 310, e R\$ 70.961,85, também na fonte 0100, vinculação 141, com a finalidade de complementar as fontes/vinculações que se apresentaram deficitárias em relação à inscrição em Restos a Pagar não Processados.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ANEXO VII (LRF, art. 48) R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal- DTP	835.210	0,127300
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,334056%	2.191.722	0,334056
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,317353%	2.082.136	0,317353
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,300650%	1.972.550	0,300650

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	80.084	79.992

FONTE: Demonstrativos da Despesa de Pessoal, anexo I, Restos a Pagar, anexo VI e Disponibilidade de Caixa, Anexo V.

Desa. MARIA LAURA FRANCO LIMA DE FARIA
Presidente do Tribunal

PEDRO LAMOUNIER DE CARVALHO
Ordenador de Despesas

MARILIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

ANA RITA GONÇALVES LARA
Chefe do Núcleo de Controle Interno